



Educomunicação socioambiental e as metodologias participativas do Programa Cultivando Água Boa da Hidrelétrica Itaipu Binacional

Luzia Klunk
Jane Mazzarino

1. INTRODUÇÃO

A educomunicação socioambiental atua numa intervenção social, com uma intencionalidade educativa. O termo socioambiental ressalta a indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais e a dimensão pedagógica refere-se à educação participativa, baseada no diálogo. Para a gestão da comunicação nos espaços educativos, mostra-se necessário trabalhar com metodologias participativas e problematizadoras. Nesse contexto, o Programa Cultivando Água Boa, por utilizar-se dessas metodologias em um projeto sistêmico e global, permite avançar nas reflexões sobre estas metodologias na área da educomunicação socioambiental.

Trata-se de um programa da Hidrelétrica Itaipu Binacional e parceiros que estabelece uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná III, localizada no oeste do Paraná. Este programa abarca governos municipal, estadual e federal, cooperativas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores.

O Cultivando Água Boa se utiliza da educomunicação socioambiental visando à construção de uma sociedade mais sustentável, com ênfase na atuação coletiva e participativa. O programa foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a melhor gestão de recursos hídricos do mundo. Concorrendo com quarenta iniciativas de todos os continentes, o programa conquistou o primeiro lugar na categoria “Melhores práticas em gestão da água” da 5ª edição do Prêmio Água para a Vida 2015¹. A entrega do prêmio ocorreu no dia 30 de março de 2015 em Nova Iorque.

Dessa forma, a educomunicação socioambiental visa fortalecer as vias de reflexão e ação social, estimulando a discussão crítica, formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável. Entende-se que a discussão crítica pode ser alcançada com a utilização de metodologias participativas. Assim, investiga-se no Programa Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, realizado na Bacia Hidrográfica Paraná III, como as metodologias participativas possibilitam processos de

1 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/noticias/itaiipu-vence-premio-da-onu-com-programa-cultivando-agua-bo>

educomunicação ambiental em recursos hídricos. Neste artigo discute-se o programa em suas articulações com esta área de conhecimento. Trata-se de uma etapa da tese de doutorado que vai fazer um estudo de caso do Programa.

O método utilizado neste artigo é a pesquisa bibliográfica que consistiu na análise do conceito de educomunicação socioambiental e da educação ambiental em uma visão crítico-emancipatória, tendo como base Loureiro, Káplun, Freire, Bracagioli, Tristão, Fassarela e Martirani. Conforme Gil (2010), esse é um tipo de pesquisa que se caracteriza por um levantamento bibliográfico delineado pela busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto. Além disso, utilizou-se o método de pesquisa documental, verificando-se nos informativos, cartilhas e site do Programa Cultivando Água Boa elementos educ comunicativos e de caracterização do programa.

2. A EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, realizada em 1992, para debater sobre a educação ambiental e a comunicação socioambiental, diversos eventos, fóruns e conferências foram realizados. Este, porém, foi um marco, pois naquela ocasião foi redigida e aprovada a Agenda 21 Internacional, que procura sintetizar um plano de ação global para as questões em meio ambiente. A partir disso a educação é pensada como uma forma de promover a conscientização pública para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2008)

A educomunicação, por sua vez, iniciou como um movimento popular, em que o comunicador popular denunciava os meios de comunicação política e ideologicamente. Mais tarde, passou a ser vista como um campo de intervenção social, com uma intencionalidade educativa. A produção da comunicação educativa tem como foco proporcionar ao destinatário a tomada de consciência da realidade, a reflexão, e gerar discussão, num processo de transformação (BRASIL, 2008).

Educomunicação socioambiental, então, é conceituada como o “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo

trabalho coletivo” (BRASIL, 2008). O foco é na geração de saberes enquanto produção cultural, interação social e com a natureza, baseada em princípios democráticos e de estímulo à autonomia.

A educomunicação socioambiental está integrada às diretrizes da política ambiental brasileira, a qual prevê transversalidade, transparência, controle social e participação. A Lei 9.795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) refere que a educação ambiental ocorre através de

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

No seu Art. 3. a PNEA incorpora a importância dos meios de comunicação para “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”. O artigo se refere aos meios de comunicação de massa, mas pode-se entender que outras formas de comunicação também podem introduzir a dimensão socioambiental como parte dos seus conteúdos, já que a PNEA cita que a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e também não formal.

Tanto em processo formais quanto informais, os princípios que norteiam a educomunicação socioambiental são: a) o diálogo permanente e continuado; b) a interatividade e produção participativa de conteúdos; c) a transversalidade; d) o encontro/diálogo de saberes; e) a proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; f) a democratização da comunicação e a acessibilidade à informação socioambiental; g) o direito à comunicação; e h) a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana. Portanto, deve-se priorizar o diálogo, a participação, a transversalidade e a integração (BRASIL, 2008).

Soares (1999) sistematizou a educomunicação ambiental e cinco sub-áreas: expressão comunicativa (uso da arte), educação para a comunicação (consciência crítica), mediação tecnológica nos espaços educativos (uso da tecnologia), gestão da comunicação nos espaços educativos e reflexão epistemológica

(compreensão das relações entre comunicação e educação). A gestão da comunicação nos espaços educativos é aquela que se aplica para o objetivo deste artigo. Ela é caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, buscando um planejamento e uma implementação organizada dos recursos da informação com o objetivo de tornar eficaz a construção dos ecossistemas comunicativos. Esta sub-área é a que garante coordenação e eficiência às demais áreas, permitindo que se obtenha visibilidade para as ações educomunicativas.

Para Káplun (1998), a cada tipo de educação corresponde uma determinada prática de comunicação. No caso da educação com ênfase nos processos, o autor destaca a importância do processo de transformação das pessoas e das comunidades, preocupando-se com a interação dialética entre as pessoas e a realidade e com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e da consciência social.

Para Freire (2002) este modelo tem como pressuposto central a educação para a democracia e com instrumento para a transformação da sociedade. Ele baseia-se na participação ativa do sujeito no processo educativo e tem a perspectiva de formar para a participação social. Trata-se do paradigma crítico-emancipatório, o qual está vastamente reconhecido na área da educação e que permeia o campo emergente da educomunicação. Para Loureiro, que se situa no paradigma crítico-emancipatório, a educação pode contribuir para o

[...] processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma nova ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne (LOUREIRO, 2006, p. 90).

Para ele, uma educação ambiental emancipatória é construída em contextos coletivos de aprendizagem baseados na dialogia, no exercício da cidadania, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade², o que depende dos modos de interatividade entre os sujeitos e da transversalidade

2 Para Morin (1997), um contexto que funciona como um sistema é uma interação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global. Assim, “os contextos são micro-instâncias da cultura mais ampla onde estão localizados” (TRISTÃO e FASSARELLA, 2007, p. 87).

entre as diversas áreas. Portanto, aí se insere a natureza comunicacional da prática educativa: refere-se à comunicação entre sujeitos e entre áreas, o que está sempre contextualizado culturalmente. Ou seja, o contexto cultural é um elemento que influencia e medeia o processo educomunicativo socioambiental.

“A produção de conhecimento, então, está em movimento, em consonância com os contextos de aprendizagem, como os encontros, em função de sua mobilidade e das diferentes formas em que vem acontecendo a transversalização da educação ambiental (...)” (TRISTÃO e FASSARELLA, 2007, p. 88). Dessa forma, a educação ambiental se inter-relaciona com outros espaços e tempos educacionais, ocasionando uma transversalidade que pode ser associada à produção do conhecimento em rede. Portanto,

[...] a educação ambiental é um processo educativo que busca não apenas compreender ou transformar conhecimentos, mas sim superar a visão fragmentada da realidade através da construção e reconstrução de conhecimento sobre ela, num processo de ação e reflexão, de modo dialógico (BRACAGIOLI, 2007, p. 230).

Ou seja, é preciso uma visão complexa do ambiente, “sendo este compreendido como um espaço relacional em que o homem é um agente que pertence à teia de relações sociais, naturais e culturais e interage com ela” (BRACAGIOLI, 2007, p. 230). Estes movimentos, encontros, atravessamentos, interrelações, visão holística, posicionamento ético-políticos e a matriz crítica-emancipatória que caracterizam a educação ambiental para Kaplún, Freire, Loureiro, Bracagioli, Tristão e Fassarela também permeiam os processos educomunicativos.

Em síntese, podemos assim concluir que a educomunicação socioambiental deve trabalhar metodologias participativas e problematizadoras, alimentar processos de comunicação mais diversos e dialógicos possíveis, criando e animando ecossistemas comunicacionais de modo a fortalecer as vias de reflexão e ação social, estimulando a discussão crítica, organização e pacto social, formando cidadãos participativos e comprometidos com o processo de construção de uma sociedade mais sustentável (MARTIRANI, 2009, p. 13).

Para proporcionar uma educação democrática, interativa e baseada no diálogo é necessário uma metodologia que tenha a marca da participação. Os componentes das metodologias participativas devem “prever o contexto de aplicação, a natureza do projeto, o acesso e controle dos recursos naturais e econômicos do

projeto e a trajetória do grupo social em questão” (BRACAGIOLI, 2007, p. 231). O Programa Cultivando Água Boa, por utilizar-se dessas metodologias em um projeto sistêmico e global voltado para educação ambiental em ecossistemas comunicativos, se constitui em um objeto de estudo para ampliar as reflexões no campo da educomunicação socioambiental. Para Friedrich (2014, p. 200), idealizador do Programa Cultivando Água Boa,

[...] a Educação Ambiental (aliás, toda educação precisa ser também ambiental) será digna de marcar a história se contribuir decididamente para gerar o engajamento da sociedade, a compreensão da gravidade do problema e o real conhecimento de suas causas e motivar para a ação.

Carvalho (2008) refere que a Educação Ambiental deve auxiliar-nos em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições e conflitos que tecem as relações humanas e sua interação com elementos naturais.

3. O PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA

Os processos de participação devem ser criativos e abertos à complexidade do social e do ambiental através do diálogo de saberes e das ações que serão desenvolvidas ao longo do tempo. Atento a estes pressupostos, os envolvidos na organização do Programa Cultivando Água Boa utilizam-se de metodologias participativas. É um programa criado em 2003 a partir da inclusão de conceitos de responsabilidade socioambiental na missão da Hidrelétrica Itaipu Binacional (ITAIPU BINACIONAL, 2014). Este programa de Itaipu Binacional e parceiros³ estabelece uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná III, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu.

A Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 é uma extensa região localizada no oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. (...) Esta área compreende cerca de 8 mil km² de afluentes que lançam suas águas diretamente no

3 Parceiros: Governos federal, estadual e municipais (ministérios, secretarias, prefeituras); associações e entidades de classe; instituições de ensino e pesquisa (escolas, universidades, fundações etc); organizações não-governamentais (cooperativas, empresas, associações etc); comunidade da área de influência da Itaipu, composta por 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3; Conselho de Museus; zoológicos (intercâmbio de animais silvestres); parques nacionais (Brasil, Paraguai e Argentina); ONU – Unesco e Instituto Brasil PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente); CIC – Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata; pessoas físicas voluntárias que atuam na recuperação das microbacias; e produtores rurais (<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/parceiros>).

Rio Paraná, onde está situado o Lago de Itaipu, na confluência com o Rio Iguaçu. No seu entorno estão localizados 29 municípios que somam cerca de 1 milhão de habitantes⁴.

O lócus de ação do programa, dessa forma, é a bacia hidrográfica, suas sub-bacias e microbacias, envolvendo vinte e nove municípios que juntos somam aproximadamente um milhão de habitantes. Em virtude dessa complexidade e diversidade intrínsecas ao programa foram escolhidas metodologias e ferramentas sistêmicas inovadoras e participativas, possibilitando uma gestão eficaz (SENRA et al, sd, p. 32).

Os programas e projetos que compõem o Cultivando Água Boa são interconectados de forma sistêmica e holística, e foram criados à luz de documentos planetários como a Carta da Terra, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio.

Atualmente, são desenvolvidos 20 programas e 65 ações fundamentadas nos principais documentos planetários, emanados dos mais importantes fóruns de debates a respeito da problemática socioambiental. As ações vão desde a recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente⁵.

Friedrich (2014, p. 200) refere que o “arco de participantes protagoniza uma inovadora gestão socioambiental, com abordagem sistêmica, não linear, multi-dimensional, inclusiva e de democracia direta”. Assim, aborda a responsabilidade compartilhada que vai além da gestão ambiental por governos.

O programa atua num processo continuado de formação de educadores ambientais através da Pesquisa-ação participante (PAP) – pessoas que aprendem participando. PAP1 são os idealizadores nacionais da proposta (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação), PAP2 são instituições com atuação regional na área socioambiental, PAP3 são indivíduos que conseguem retratar o tecido social regional e PAP4 são os grupos sociais presentes dos municípios que se organizam em comunidades de aprendizagem. Assim, há um efeito de multiplicação de saberes e valorização dos saberes regionais (VITORASSI, 2014).

4 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/cenario-local-a-bacia-do-parana-3>

5 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa>

Cultivando Água Boa tem como um dos seus eixos de atuação a mobilização social, procurando despertar o sentimento de co-responsabilidade, motivando as pessoas a participar do programa e envolver-se direta ou indiretamente nas ações.

Trata-se de uma experiência bastante consolidada de recuperação ambiental em microbacias hidrográficas, pela integração entre a gestão de águas, do meio ambiente e o manejo sustentável dos recursos naturais. Envolve também comunidades e atores locais com atuação nos campos político, econômico, ambiental, social e até religioso, destacando o papel dos municípios na gestão dos recursos hídricos (SENRA et al, sd, p. 03).

A intenção do programa é promover uma tessitura em rede, agregando experiências, cuidados socioambientais e saberes existentes nas bacias hidrográficas, valorizando o conhecimento local. O desrespeito aos ecossistemas locais degrada a terra, desagrega a organização social, gera pobreza, desencanto e violência. Assim, os quatro eixos fundantes que alicerçam o programa são:

[...] envolvimento dos atores locais para atuação em seu micro espaço, influenciando e sendo influenciados pelo macro território; o empoderamento das comunidades como protagonistas das mudanças desejadas; a aprendizagem que se dá por meio de pessoas que aprendem participando e o fomento de um novo jeito de ser/sentir, produzir e consumir (SENRA et al, sd, p. 03).

Portanto, o Cultivando Água Boa reconhece o território da bacia hidrográfica como unidade de gestão e as pessoas que ali estão como protagonistas do processo de construção de uma sociedade sustentável. Trata-se de um grande movimento que envolve diversos segmentos como agricultores, estudantes, políticos, cientistas, lideranças populares, para diagnosticar os problemas e buscar soluções. Busca fomentar nos atores sociais a compreensão da relação existente entre a problemática global e as atitudes locais, a relação entre as atitudes cotidianas e as mudanças ambientais globais. Evidencia, ainda, a co-responsabilidade de todos e a importância das ações coletivas para um desenvolvimento sustentável (SENRA et al, sd).

O programa possui seis eixos estruturantes. O primeiro deles é a gestão por programas, que se constitui de uma gestão descentralizada que se torna possível com o desenvolvimento de novas competências, tornando os objetivos e aspirações dos projetos próprios do público alvo. O segundo é a gestão

participativa, que significa a gestão circular, que interpreta necessidades e demandas dos atores sociais, gerenciando conflitos, estabelecendo parcerias e fomentando o surgimento de lideranças. O terceiro refere-se à gestão por bacia hidrográfica, que decorre da ampliação do território de abrangência de Itaipu, ampliando sua interface com municípios não lindeiros. O quarto eixo estruturante é a gestão de sistemas de produção mais sustentáveis que exigiu o desenvolvimento de novos conhecimentos técnicos, da capacidade de interlocução com o segmento da agricultura familiar, de conhecimento das políticas públicas federal, estadual e municipais para o setor, além de competência para coordenar e controlar tais processos. O quinto é a gestão para a sustentabilidade de segmentos vulneráveis, que busca estabelecer o diálogo ouvindo, interpretando e respeitando os modos de ser e viver de populações em situação de risco ou excluídos socialmente. O último eixo, por sua vez, trata das articulações institucionais para difusão, intercâmbio técnico e replicabilidade das ações e metodologias. Trata-se de uma interpretação sistêmica que abarca as diversas realidades, fomentando uma habilidade de interlocução com diferentes níveis sociais. Dessa forma, busca contemplar todos os partícipes do programa, desde seus gestores até seu público-alvo (SENRA et al, sd).

Portanto, visa empoderar lideranças, administrar expectativas, estabelecer parcerias e estimular protagonismos. A partir desses eixos estruturantes, foi desenvolvida uma metodologia que obedece às seguintes etapas: seleção da microbacia a partir do diálogo com a comunidade; sensibilização das comunidades para tomada de consciência das questões ambientais, principalmente locais; criação do Comitê Gestor da Bacia, formado por representantes de Itaipu, dos governos municipal, estadual e federal, de cooperativas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores; realização da Oficina do Futuro, planejamento participativo para identificar problemas socioambientais baseado na metodologia desenvolvida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania; assinatura de convênio em que são estabelecidas as condições para viabilizar a execução das ações; ajuste de parcerias; realização do Futuro no Presente, ação de sensibilização. São desenvolvidas ações coletivas e individuais e elabora-se, a partir dos dados levantados, Planos de Controle Ambiental para as propriedades rurais, bem como,

posteriormente, um Plano de Desenvolvimento Sustentável e a elaboração dos instrumentos legais para a execução das atividades (SENRA et al, sd, p. 03).

A Oficina do Futuro é um “processo de autodiagnóstico, planejamento da comunidade e pactuação de compromissos para a sustentabilidade. Tem como etapas o Muro das Lamentações, a Árvore da Esperança, o Caminho Adiante e o Pacto das Águas” (ITAIPU BINACIONAL, [2010], p. 09).

No Muro das Lamentações os atores locais expõem suas frustrações, críticas, medos e problemas ambientais. Após, realiza-se a Árvore da Esperança, na qual os participantes explicitam o que sonham para o lugar em que vivem. Na terceira etapa, o Caminho Adiante, são definidas as metas para as ações corretivas, e, finalmente, é realizado o Pacto das Águas, no qual a comunidade, as lideranças e o poder público se comprometem com as medidas adotadas (ITAIPU BINACIONAL, [2010]).

Através dessas metodologias a comunidade é estimulada a pensar sobre sua condição, imaginar o futuro que deseja e por em prática soluções para os problemas apresentados.

Como resultado das Oficinas do Futuro surge a Agenda 21 do Pedaco. A Agenda 21 do Pedaco é um “método de trabalho iniciado pelo Instituto Ecoar, ONG brasileira, como forma de aplicação da Agenda 21 Global⁶” (ITAIPU BINACIONAL, sd, p. 18). Sua construção contempla diversas etapas, como o diagnóstico local, e o cadastro de propriedades e bacias, sensibilização e informação para as pessoas da comunidade, articulação de atores locais em comitês, celebração de convênios e acordos de cooperação, monitoramento das ações em desenvolvimento e revisão do processo.

O Futuro no Presente, por sua vez, é o nome dado às oficinas que dão continuidade ao Pacto das Águas, cuja ênfase é o compromisso da comunidade em cuidar dos benefícios recebidos e aprofundar seus conhecimentos (ITAIPU BINACIONAL, sd).

6 “A Agenda 21 nacional é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente” (ITAIPU BINACIONAL, sd).

Em cada um dos vinte e nove municípios que participam do Programa Cultivando Água Boa foi formado um Comitê Gestor, criado por lei municipal e com a função de congregar interesses da comunidade, fiscalizar e acompanhar a execução de obras e serviços programados, aprovar o plano de bacia hidrográfica e os programas anuais e plurianuais de investimento, entre outros (SENRA et al, sd, p. 36).

Dessa forma, o Cultivando Água Boa utiliza-se de metodologias que estimulam o despertar do sentido de pertencimento das comunidades locais. É um programa complexo que atua com base no planejamento, na discussão e na ação. Para possibilitar a participação dos atores sociais locais utiliza-se de metodologias que despertam a reflexão, o debate e a atuação coletiva. Ainda, envolve governos, universidades, sindicatos, cooperativas e organizações não-governamentais. A intenção do programa é promover uma tessitura em rede, agregando experiências, cuidados socioambientais e saberes existentes nas bacias hidrográficas, valorizando o conhecimento local.

4. CONCLUSÃO

Loureiro, Káplun e Freire, em uma visão crítico-emancipatória, afirmam que a educação ambiental deve basear-se na comunicação entre os sujeitos e entre as áreas de conhecimento. Na mesma linha, Bracagioli, Tristão e Fassarela referem que a superação da forma fragmentada de aplicar a educação ambiental é fundamental para proporcionar a reflexão e a compreensão holística do meio ambiente. Martirani sustenta que a discussão crítica é necessária para uma educação democrática. Estas características da educação ambiental permeiam os processos educacionais socioambientais, nos quais busca-se a auto-reflexão, a educação em rede e a interatividade, agregando saberes para que os atores sejam protagonistas do processo de construção de uma sociedade sustentável.

Assim, o objetivo primordial da educação socioambiental é o engajamento da sociedade na construção de uma sociedade sustentável por meio de uma educação criativa e aberta, que proporcionem a comunicação dos sujeitos consigo, com os outros e com o meio em que vivem, o que requer que se explorem processos pedagógicos participativos.

Percebeu-se por meio dos documentos norteadores do Programa Cultivando Água Boa que são desenvolvidas ações integrativas envolvendo as comunidades da Bacia do Paraná III, buscando proporcionar uma discussão crítica sobre a sustentabilidade do território que habitam, para que os atores locais assumam o comprometimento e o protagonismo da defesa do ambiente em que vivem, exercendo sua cidadania.

Esses documentos elaborados e divulgados por Itaipu Binacional referem que o Cultivando Água Boa reconhece o território da bacia hidrográfica como unidade de gestão. Além disso, busca fomentar nos atores sociais a compreensão da relação existente entre a problemática global e as atitudes locais.

Itaipu Binacional, baseada em uma das linhas de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), do Ministério do Meio Ambiente, entende que a educomunicação diz respeito à produção e disseminação de conhecimento pela sociedade através de meios interativos e democráticos. Refere no seu site que “no caso do Cultivando Água Boa, esse processo se dá por meio da produção de materiais impressos e documentos comunicativos elaborados a partir das atividades realizadas”⁷. No entanto, entendemos que a educomunicação socioambiental no programa vai além da elaboração e divulgação de materiais, estando presente também nas Oficinas do Futuro, Agenda 21 do Pedaco, Futuro no Presente, formação de Comitês Gestores e ações de sensibilização. Todas estas são atividades de encontro físico dos participante, sem que necessariamente sejam utilizados instrumentos midiáticos na mediação de processos comunicativos. Portanto, tendo como base as cartilhas, jornais e o site da organização, entende-se, nesta etapa exploratória da pesquisa, que os pressupostos da educomunicação socioambiental estão presentes nessas atividades, especialmente porque são movidos pela valorização e expressão de saberes locais.

Assim, a proposta do artigo foi refletir sobre o processo educutivo por meio de revisão bibliográfica, a fim de discutir o programa em suas articulações com esta área de conhecimento. Trata-se de uma etapa da tese de doutorado que vai fazer um estudo de caso do Programa Cultivando Água Boa in loco, com

7 <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/acao/nivel-3/educucomunicacao>

a realização de observações e entrevistas, de modo a tensionar com os dados já levantados e apresentados neste artigo. Dessa forma, se pretende contribuir com as reflexões no campo da educomunicação socioambiental.

5. REFERÊNCIAS

BRACAGIOLI, Alberto. Metodologias participativas: encontros e desencontros entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BRASIL. DA COSTA, Francisco de Assis Morais (Org.). **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FIEDRICH, Nelton. Gestão Participativa. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ITAIPU BINACIONAL. **Cartilha do Cultivando Água Boa**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, [2010].

_____. **Cartilha Futuro no Presente**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, sd.

_____. **Informativo do Cultivando Água Boa**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2014. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/sites/default/files/iniciativa/IT3_0004_13K_POR_Informativo_bx.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTIRANI, Laura Alves. Educomunicação Socioambiental: reflexões metodológicas acerca de uma experiência em desenvolvimento. In: INTERCOM 2009 – GP Comunicação e Educação, 2009. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Comunicação, educação e cultura na era digital**, 2009.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa – América, 1997.

SENRA, João Bosco; FRIEDRICH, Nelton Miguel; DUALIBI, Miriam (Org.). **Ciranda das águas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Itaipu Binacional, Instituto Ecoar para a Cidadania, sd.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. In: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – nº 2. Brasília: UnB, 1999.

TRISTÃO, Martha; FASSARELLA, Roberta C. Contextos de aprendizagem: encontros e eventos. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

VITORASSI, Silvana. Programa de Educação Ambiental de ITAIPU. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

•• OS/AS AUTORES/AS ••

Luzia Klunk é doutoranda do PPG Ambiente e Desenvolvimento, Univates. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: luziaklunk@yahoo.com.br.

Jane Mazzarino é doutora em Ciências da Comunicação, Unisinos. Docente Permanente do PPG Ambiente e Desenvolvimento, Univates. Coordenadora do grupo de pesquisas Práticas Ambientais, Comunicação, Educação e Cidadania (CNPq). E-mail: janemazzarino@gmail.com.